KIT DE ATUAÇÃO

Saúde

2023

Apresentação

Cuidar do direito constitucional à saúde é uma das maiores missões do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA). A instituição é um indutor de políticas públicas, tendo o papel de fiscalizar a prestação adequada de serviços de saúde.

A Constituição Federal de 1988 (CF/88) preconiza, em seu artigo 196, que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

A legislação sanitária, por sua vez, insere, no contexto de direito à saúde, medidas que extrapolam o tratamento de doenças, dentre as quais se encontram as normas de vigilância e prevenção. É o que diz o artigo 6º da Lei n.º 8080/90, ao afirmar que estão incluídas, no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS), a execução de ações de vigilância sanitária, de vigilância epidemiológica, de saúde do trabalhador e de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica, o controle e a fiscalização de serviços, produtos e substâncias de interesse para a saúde e, por fim, a fiscalização e a inspeção de alimentos, água e bebidas para consumo humano.

Logo, diante da importância da temática, o Centro de Apoio Operacional dos Direitos Sociais (CAODS) elaborou o presente kit de atuação, que disponibiliza 01 (um) modelo de Portaria de Instauração de Procedimento e 06 (seis) modelos de Recomendação, tratando da vacinação e de outras medidas de vigilância e de prevenção, com o objetivo primordial de auxiliar a atuação dos membros.

Banco de Peças

CLIQUE NOS *LINKS* PARA BAIXAR!

- **Modelo de Recomendação** – Baixa cobertura vacinal - poliomielite, sarampo, caxumba e rubéola
- **Modelo de Recomendação** – Busca ativa da população-alvo – Disponibilização da vacinação
- **Modelo de Recomendação** – Realização de concurso público - Execução das ações de vigilância epidemiológica e controle do vetor da dengue
- **Modelo de Recomendação** – Execução das ações de prevenção e controle da febre amarela
- **Modelo de Recomendação** – Garantir a vacinação contra COVID-19 de pessoas em situação de rua
- **Modelo de Recomendação** – Elaboração e acompanhamento da execução do Plano de Contingência para o enfrentamento da Dengue, Zika e Chikungunya
- **Modelo de Instauração de Procedimento Administrativo** – Programa Nacional de Imunicação (PNI)

COORDENAÇÃO
Carlos Eugênio Rodrigues Salgados dos Santos
ASSESSOR ESPECIALIZADO JURÍDICO
Thadeu Menezes de Abreu

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DOS DIREITOS SOCIAIS

MPPA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ